

# OS VENCEDORES EM 1964, ENTRE O “CONTRAGOLPE” E A AVERSÃO AO SINDICALISMO

Adriano Moura de Oliveira<sup>1</sup>

*“O Governo deixa transparecer desejar uma outra experiência, a sindicalista.”*  
(Marechal Mario Poppe de Figueiredo).

Este artigo tem como pano de fundo o período entre 1961 e a derrocada do presidente João Goulart, em 1964. Através da análise dos discursos oficiais, memórias de militares e civis presentes em diversas publicações e jornais, sustentamos a hipótese de que, para além do anticomunismo amplamente divulgado, sobretudo, como sustentáculo da ideologia conservadora do “contragolpe”, nos momentos cruciais que antecederam o golpe de Estado, a congruência de ideias e valores entre os militares e setores da sociedade civil expressava o constructo de uma memória política da direita que enxergava na ascensão dos sindicatos um risco aos seus interesses particulares de classe.

Num processo político é habitual que as forças opositoras almejantes ao poder procurem ratificar ideologicamente o *novo*. Neste caso, o *novo* ganha conotação de moderno, algo que deverá substituir o *velho* com a perspectiva de sua superação. Nessa relação à ideologia dominante que procura estruturar-se – diante da denúncia do *outro* como sinônimo do atraso e de tudo aquilo que é execrável - o faz atestando ser ela a única alternativa viável. No Brasil da década de 1960, essa perspectiva transitava no ideário das forças conservadoras que, diante da ascensão das massas entorno das reformas de base e as reivindicações que afetariam seus interesses particulares de classe, atestava que tais forças seriam a salvação diante da subversão, com vistas à preservação da ordem<sup>2</sup>.

Assim, nos idos de 1960, o então major Jonas de Moraes Correia Neto, oficial mediano de carreira oriundo dos quadros da Escola Superior de Guerra (ESG), ministrava uma aula sobre a Guerra Revolucionária e seus desdobramentos civis no curso de Intendência da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)<sup>3</sup>. De maneira contundente, mostrava aos seus subordinados que definitivamente se usavam armas nas guerras “e que elas não eram enfeites”. Portanto, e em razão da evolução das “coisas”, seus capitães deveriam estar preparados para, no momento oportuno, “cumprir sua missão”. Um capitão que participava da aula, apelidado por seus colegas de “cara do outro lado”, levantou-se diante da classe e indagou: “o senhor não acha que, se usarmos armas contra nossos companheiros e contra os brasileiros que não pensam como nós, não ficaria bem para nós?”. O Major respondeu com a certeza de quem guiaria suas tropas ao *front*: “não acho não, capitão, acho que temos que cumprir a nossa missão quando chegar a hora e acho que aqueles que tiverem dúvida sobre se vão cumprir a sua missão ou não, devem, desde já, tirar a farda e ir embora [...]”<sup>4</sup>.

Consolidava-se nesse momento, no interior do exército – como viria a confirmar posteriormente as inúmeras memórias de militares –, o ideário a partir do qual acreditava-se que um perigo caminhava a passos largos, e que havia chegado a hora de escolher um lado, “o direito”. O clima de Guerra Fria, com bipolarização concreta dos poderes no mundo e a ameaça eminente de uma 3ª Guerra Mundial, povoava as mentes dos mais diversos segmentos<sup>5</sup>. O exército brasileiro não era a única fonte, mas sem dúvida foi o canal mais poderoso de entrada no país desses juízos, sobretudo em razão da influência de doutrinas trazidas de nações como França e Estados Unidos onde vigorava o conceito de Guerra Revolucionária.

E da guerra revolucionária emanaria, segundo os militares e setores da sociedade civil, o pior dos pesadelos! O comunismo era caracterizado como “o perigo vermelho”, entendido por críticos dos mais diversos segmentos – so-

bretudo ligados ao pensamento geopolítico -, como atuando a partir de uma suposta estratégia de dominação mundial que, segundo seus acusadores, estava muito mais arraigada na década de 1960 do que jamais estivera em 1945. Tal entendimento fazia estremecer a confiança do ministro das relações exteriores, Vasco Leitão da Cunha, quando se tratava das intenções da política externa russa:

Acho que era ofensiva, porque eles queriam mudar o regime do resto do mundo. Os russos não devem ter maior medo dos Estados Unidos porque os Estados Unidos não aspiram a aumentar seu território nacional. Não vão invadir a Rússia. Os únicos países de quem os russos têm receio são a Alemanha e a China. Os americanos, eles acham uns bobos alegres... Por outro lado, os Estados Unidos têm que enfrentar uma série de guerrilhas sustentadas pela União Soviética, que não quer tirar as castanhas com a sua mão, quer tirar com a mão do gato...<sup>6</sup>.

Os militares, a exemplo do coronel Octavio Tosta, davam ares de conhecer a natureza perversa do gato e, especialmente, o alcance de sua pata. Em 1961, em palestra proferida aos oficiais da ESG, o coronel afirmava que nos conflitos ideológicos ou metafísicos com a ação comunista internacional não havia acordos futuros, “não podem ser humanizados, têm o aspecto de um duelo de morte e só terminarão com a destruição de um dos contendores<sup>7</sup>”. Guiados pelo sentimento de uma vitória triunfante ou derrota total, convencidos de que a União Soviética possuía vantajosas condições geoestratégicas para implantação do seu sistema político, os militares armavam-se dos conceitos de Segurança e Desenvolvimento. Sendo assim, a Segurança de uma nação dependeria mais do potencial geral do país do que da expressão militar do seu poder: isto é, muito mais importante seria potencializar e controlar o social, o político e o econômico, do que propriamente aumentar o poder militar, pois o inimigo a combater era interno e surgiria da desorganização desses elementos. Dentro dessa nova ordem instituída, baseada em segurança e desenvolvimento, os processos reformistas e os movimentos de caráter popular passaram a ser entendidos como obstáculos ao bem-estar nacional, denominados de “subversão” e, portanto, deveriam ser extirpados.

Sob este ponto de vista os temores se voltavam contra a materialização de uma possível república sindical no Brasil, mais do que contra uma possível revolução comunista – ao contrário do que proclamava, e ainda hoje o faz, a memória política da direita. O sindicalismo brasileiro alcançou um de seus momentos de mais intensa atividade no triênio 1961/1963. Enquanto nos anos de 1958 a 1960, sob o governo de Juscelino Kubitschek, tinham

ocorrido cerca de 180 greves, nos três primeiros anos de João Goulart foram deflagradas mais 430 paralisações. Nesse mesmo período, foram criadas diferentes organizações de coordenação dos sindicatos, no plano regional e nacional. E, embora proibido pela rígida legislação sindical vigente, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) teve uma destacada atuação na cena política brasileira. Juntamente com outras centrais de menor expressão, o CGT foi responsável pelas primeiras greves de caráter explicitamente político na história brasileira<sup>8</sup>. Decisivamente, afirmava o general Leônidas Pires, “foi a república sindicalista que estava se implantando neste país e a desordem subsequente”<sup>9</sup>.

Essa visão era reafirmada pelos membros orgânicos do bloco conservador, como o economista e diplomata Roberto Campos<sup>10</sup>, um crítico fervoroso do comunismo internacional, que ganhou notoriedade após o golpe de 1964 como ministro do planejamento do governo de Castelo Branco. Em seus escritos do período pré-golpe, sob a égide do capitalismo liberal, prevalecia o ataque aos sindicatos. Ao tratar do sindicalismo enfatizava que:

Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre na “política de gangorra” – oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista<sup>11</sup>.

Havia necessidade, por parte das forças conservadoras, de atestarem sua ruptura total com qualquer política proposta pela classe trabalhadora, entendida como a causadora de seus próprios males. Em discurso pronunciado em Brasília, Roberto Campos afirmou que as raízes do desequilíbrio econômico, a estagnação do desenvolvimento, e a consequente perda de investimentos no país, tinham suas origens nas recorrentes paralisações grevistas promovidas pelo CGT<sup>12</sup>.

Declarações não faltam à confirmação de tal posicionamento. O ex-ministro da educação e signatário do AI-5, Jarbas Passarinho, reafirmava tal entendimento:

[...] nos organizávamos visando a nos opor a um golpe contra as instituições democráticas, partindo fosse dos partidários de uma república sindicalista, sob João Goulart, ou das hostes de Brizola, ou ainda de parte dos comunistas<sup>13</sup>.

Por detrás do ataque ferrenho ao comunismo estava o temor aos sindicatos – que passaram a representar, na construção do discurso conservador da direita, a subversão:

O Governo deixa transparecer desejar uma outra experiência, a sindicalista. Demagogicamente, agita a bandeira das reformas de base. Deixa-se envolver, a pretexto de fazer política trabalhista, pelos extremistas de todos os matizes avermelhados. A reforma agrária é lançada, com laivos demagógicos intencionais, para motivar os homens do campo. Como não podia deixar de ser, o comunismo internacional aproveita a grande chance que se lhe abre, de poder dominar a terra de Santa Cruz. Passa a atuar, às vezes ostensivamente, quase sempre ocultamente, nas organizações trabalhistas espúrias, tais como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de União Sindical (PUA), toleradas e, mais do que isto, apoiadas pelo Governo<sup>14</sup>.

## O Espectro do Sindicalismo

O medo do sindicalismo que pairava no imaginário dos setores dominantes, em 1961 ganhava novo complemento. Especificamente no dia 25 de agosto encontravam-se reunidos no gabinete presidencial entorno de Jânio Quadros suas lideranças civis mais expressivas e o alto comando militar representado nas figuras do general Odylio Denis, o almirante Sylvio Heck e o brigadeiro Grum Moss. Perplexos, sob o olhar atento da figura do presidente norte-americano Abraham Lincoln estampada num quadro em cima da mesa, ouviam Jânio comunicar sua decisão irrevogável de renunciar ao cargo sob a justificativa de que não exerceria “a presidência com sua autoridade alcançada perante o mundo”<sup>15</sup>. Segundo o marechal Mario P. Figueiredo o que aconteceu foi uma “renúncia inexplicável e verdadeiramente criminoso”<sup>16</sup>. Para o jornalista Carlos Castello Branco, os motivos explícitos pelo governante não faziam muito sentido, davam a impressão de afobação, refletiam uma jogada política pouco arquitetada e contra ninguém;

Você já leu em um jornal qualquer a notícia de que um cidadão, de braço dado com a namorada, passeando, de repente surpreendeu a moça trocando olhares com outro homem; sacou o revólver e com um tiro matou a namorada. Esse cidadão poderia ter feito uma infinidade de coisas mais simples. Poderia não ter dado importância ao fato ou ter deixado a rapariga ou ter trocado socos com o suposto rival etc. Ninguém sabe por que, entre tantas alternativas, preferiu a pior: matar a namorada. Infelizmente, o nosso Jânio é um desses que matam a moça<sup>17</sup>.

Deixando de lado o tom irônico, a verdade é que Jânio Quadros – que se assentava na presidência da República com um enorme entusiasmo representado por mais de 6 milhões de votos – teve estremecida sua popularidade

política quando o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em cadeia nacional de rádio e televisão, acusou-o de atividades contrárias à democracia. A força da denúncia em si não estava na acusação, nem tanto no acusador, mas no júri. Ainda que proeminente força política fosse atribuída a Lacerda e ao estado que governava, havia o fato de que a maioria dos generais influentes do exército lá estava aquartelada, e não lograva apoios irrestritos às políticas do governo. E Jânio Quadros sabia, assim como Getúlio Vargas soubera, e João Goulart saberia: a força da instituição militar no Estado estava longe de moderada<sup>18</sup>. “*Matar a moça*” poderia representar, se uma comoção nacional rogasse a sua volta, a personificação de um poder real do qual, sem apoio do exército, Quadros não possuía.

Ex-prefeito e governador de São Paulo, Jânio Quadros chegava ao poder em 1960 e prometia, carregando demagogicamente o estandarte da moralidade e do trabalho, varrer a bandalheira e a corrupção com sua *vassourinha*. Ganhava a simpatia dos militares e das forças conservadoras ao seu redor não tanto por sua destreza política ou carisma, mas porque declaradamente se opunha a tudo que representasse, no menor dos resquícios, o trabalhismo varguista. O problema é que, nesse caso, a lei brasileira, conforme a constituição de 1946, não vinculava a eleição do presidente a seu vice. E Jânio ascendia ao poder juntamente com João Goulart, *Jan-Jan*, que ironicamente era a representação máxima de tudo o que se combatia<sup>19</sup>. Isto significava, pelo menos aos seguidores de Jânio, que a sujeira varrida estava literalmente embaixo do tapete.

A simbologia dessa representação era tão forte que, na conversa com os chefes militares, de todas as alternativas e argumentos que poderiam ser utilizados para persuadir o presidente a desistir, o marechal Moss só conseguiu pensar em um: “o governo da República não poderia passar às mãos de João Goulart”<sup>20</sup>. E realmente não passou. Não por completo<sup>21</sup>.

Os militares tentaram vetar a chegada de João Goulart<sup>22</sup> ao posto presidencial, tinham sérias desconfianças acerca de sua trajetória política. A verdade é que Goulart não representava pessoalmente um problema sem solução. Dono de grandes hectares e cabeças de gado em São Borja, seus hábitos estancieiros eram alvo de ataque de seus inimigos, que o acusavam de despreparado e pobre de caráter<sup>23</sup>: “no meio da mocidade que conspirava comentava-se até a conduta da sua mulher<sup>24</sup>”. Essas insinuações não surtiam maiores efeitos. Entretanto, a força política de João Goulart derivava da máquina da previdência e das alianças com a esquerda no controle sindical, e disto, sem dúvida, emanava o medo do fortalecimento das relações existentes entre o presidente e as esquerdas, já barulhentas, o que daria a estas, forças políticas no Estado.

Os já citados chefes militares preferiam liquidar de uma vez o assunto, não deixando margens a manobras de qualquer tipo. Foi entregue ao Con-

gresso Nacional uma carta manifesto reivindicando a extensão do mandato de Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara que assumia o poder enquanto Jango estava em viagem. Atacando pessoalmente a atuação política do presidente no Ministério do Trabalho, e desferindo munição com os sindicatos, assim diziam:

Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do trabalho, o Sr. João Goulart demonstrava, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele ministério, até em pontos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas<sup>25</sup>.

Esse documento vai criando uma operação ideológica onde a histeria anticomunista alimentava a desculpa para o golpe, diante de uma realidade que se queria abstrair. Essa realidade manifestava os anseios de um povo (trabalhadores organizados ou não) que, desde o final do Estado Novo, invadira a cena política republicana e ampliara constantemente sua capacidade de intervenção no Estado. Essa inovação quebrava o antigo padrão de se fazer política e impunha aos atores desafios antes inconcebíveis. Afinal de contas, se pensarmos nas reformas de base (moderadas ou não), buscava-se realizar em curto espaço de tempo algo que outras nações tinham levado séculos. Partidos e líderes políticos, as lideranças sindicais e populares, todos estavam aprendendo a nova alternativa, experimentando novas estratégias<sup>26</sup>.

Ao lado dos desafios para os trabalhadores, que buscavam conjuntamente com os atores da esquerda se favorecer no cenário político propício, a situação apresentava óbvios riscos e medos aos antigos e enraizados setores conservadores que diante da ascensão das massas se armavam. Intencionalmente, por parte do discurso dominante, a ligação do presidente João Goulart com o movimento dos trabalhadores e a ampla participação destes no cenário nacional transformava-se em aversão declarada. O reconhecimento dos problemas sociais, que direta ou indiretamente tangenciavam as preocupações das elites e aos quais as classes trabalhadoras eram as principais sofredoras, não se sobrepunha às preocupações reais dessas elites.

Ora, no quadro da grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo dos nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo

internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para o estágio superior de desenvolvimento econômico-social, com tantos e tão urgentes problemas para recuperação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos, não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiverem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia<sup>27</sup>.

A operação ideológica expressa nesse documento assentava-se no binômio *Segurança e Desenvolvimento*. Esses dois elementos conjugados guiam a construção não apenas desse documento, mas de um modo de pensar e agir. O subdesenvolvimento capitalista era o causador das mazelas, conseqüentemente o controle dessa situação seria suficiente para gerar bem-estar social e limitar a ação “comunista”. Entre uma ponta (desenvolvimento) e outra (segurança), haveria o caos, a subversão, líderes comunistas e ideologias esquerdistas, assim pregava o conservadorismo. A expressão melhor acabada dessa máxima pode estar traduzida nas palavras de Ernesto Geisel, “Jango era uma anomalia dentro do sistema [...] O que havia contra ele era a tradição vinculada do getulismo com a política trabalhista. Achávamos que seu governo iria ser faccioso, voltado inteiramente para a classe trabalhadora, em detrimento do desenvolvimento do país [...] sofria a influência de líderes trabalhistas, os chamados pelegos, muito deles vinculados ao comunismo”<sup>28</sup>.

O episódio que se seguiu foi o arranjo político para a imposição do parlamentarismo<sup>29</sup>. O sistema visava, pelas barreiras que o legislativo podia oferecer, limitar firmemente as ações do governo no Estado e, deste modo, garantir a “preservação da ordem”. Para Humberto de Alencar Castelo Branco, a cúpula militar, sempre fulminante, fracassaria e o erro “foi tentar uma revolução que tramitasse pelo Congresso, em lugar de submeter-lhe o fato consumado para sua chancela”<sup>30</sup>.

Pode-se resumir que o desagrado com relação a João Goulart, juntamente com seus partidários, levou a uma campanha intensa para a antecipação do pleito. Entretanto, seria ingenuidade imaginar que a *campanha pela legalidade* representasse, na menor das possibilidades, uma unidade no interior das esquerdas, nem muito menos que estas vissem no presidente um porto seguro. Pelo contrário, do ponto de vista das esquerdas, a exemplo das cúpulas sindicais – sobretudo o CGT e o Pacto de Unidade e Ação –, as lideranças estudantis capitaneadas pela UNE, e mesmo líderes voluntaristas como Leonel

Brizola, viam com desconfiança as intensões e capacidades políticas de João Goulart. Porém, seguiam separados e cultivando a ilusão de serem capazes de organizar e controlar suas bases casos fosse necessário, apoiando o governo, mas tendo em seus horizontes mudanças com ou sem ele. João Goulart, por sua vez, radicalizava o discurso buscando o apoio dessas lideranças, ao mesmo tempo em que personificava suas ações, também na ilusão, quem sabe, de fazer mudanças com ou sem eles.

É visível que não se concretizaria, diante desse quadro, uma perspectiva revolucionária (segundo objetivar-se-ia uma ruptura com os ditames do capital), pelo contrário. Como observara Caio Prado Jr, essa cisão foi permissiva à estruturação da direita golpista, “muitos, na verdade quase toda a esquerda brasileira, interpretavam aquele período malfadado como ascenso e avanço revolucionário. Mas de fato ele nada mais serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças de reação”<sup>31</sup>. O grande acerto de Caio Prado estava no reconhecimento de que por mais importante que fossem os avanços que as reformas poderiam imprimir, o nó estava no modo como, na prática, levava-se a cabo a condução desse processo: “ou pior ainda, a sua degenerescência para as piores formas de oportunismo demagógico, explorando as aspirações populares por reformas. Foi esse espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto em 1º de abril”<sup>32</sup>.

Diante disso, o êxito da campanha pela manutenção do presidencialismo só podia girar em torno de medidas que apontavam as reformas estruturais de base. Na sua vertente agrária (a principal), essas reformas visavam o ataque à terra improdutiva. A proposta apresentada ao Congresso propendia, mediante ao pagamento de títulos públicos de valor reajustável, dar ao governo o direito de desapropriar todas as terras não exploradas<sup>33</sup> com o objetivo, em teoria, de viabilizar o capitalismo brasileiro superando o atraso do latifúndio. No mínimo impopular aos latifundiários, dos quais muitos estavam acastelados nos quadros do Partido Social Democrático (PSD), as reformas eram uma demanda social necessária e, senão aplaudidas pela óbvia indefinição dos seus alcances, ansiada pela população e inegável mesmo ao conservadorismo militar: “Acho que algumas eram necessárias, mas ele não tinha condições para fazê-las nos termos que queria, com o pessoal que o cercava, todo da esquerda”<sup>34</sup>.

De posse da bandeira reformista, bem ou mal com o apoio das forças de esquerda e com a ajuda publicamente manifestada por generais que popularmente poderiam ser enquadrados como legalistas. João Goulart conseguiu a realização da manobra<sup>35</sup>.

A título de reflexão, a importância do episódio da imposição parlamentarista se desdobrava em duas situações representativamente simbólicas, na

construção do bloco civil-militar: em primeiro lugar, o modo como o parlamentarismo foi imposto, em meio a uma correlação de forças entre setores civis e militares, desnuda um posicionamento aberto dos militares em relação à defesa de um modelo de Estado burguês, ainda que superficialmente pré-definido. O “partido militar” – que não deve ser entendido aqui como expressão de unidade – a partir desse momento, deixava claro seu desígnio frente a reforçar a hegemonia do capital nacional e internacional no bloco do poder<sup>36</sup>, graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que iria se reunir para manter seu apoio irrestrito e impor, a força e coercivamente se necessário, seus desejos.

Em segundo lugar, o “golpe branco”, da imposição parlamentar, demonstrava claramente que, mesmo não existindo por parte das Forças Armadas um projeto político/econômico bem definido, muito menos uma concordância no modo de agir, em caso de uma possível intervenção no Estado – comprovada a existência de posições contraditórias nos seios das Forças Armadas – tanto militares quanto civis engajados nas esferas conspiratórias tinham consenso, indubitavelmente, sobre o inimigo comum, o comunismo.

O fim do governo João Goulart começava com seu início. Em 1º de janeiro de 1963, o governo elevou os salários em 75%, assegurando o apoio das lideranças sindicais e das bases trabalhadoras. No dia 6, 11.531.030 eleitores, de um eleitorado de 18 milhões, votaram no plebiscito e a volta ao presidencialismo foi determinada por 9.457.448 votos contra 2.073.582. Aos setores da direita de plantão, a votação representou uma afronta, o editorial do jornal *O Estado de Minas* intitulado “*A Sorte está Lançada*” sustentava a opinião de que a vitória se apoiava na ignorância das massas, no “despreparo político de analfabetos” que escoravam sua mediocridade no governo<sup>37</sup>. Para Castelo Branco, era “muita coragem, quando já não houver em quem descarregar as faltas, mas seja feita a vontade poderosa para o julgamento final que todo o Brasil espera proferir. Já foi dada a sentença<sup>38</sup>”.

Despreparo político e subversão eram elementos que se combinavam nos discursos contra João Goulart de acordo com as necessidades mais imediatas de quem os proferia. A percepção sutil que os diferenciava estava, principalmente, além do lugar de onde eram produzidos, no tom que esses discursos assumiam a partir daquele momento. Enquanto no momento da renúncia de Jânio Quadros os discursos assumiam a preservação da ordem, ancorada em medos futuros, a partir da retomada dos poderes presidenciais por Jango, tais discursos guinavam para temores presentes, “antes, todo mal corria por conta do parlamentarismo de emergência. Agora só haveria um responsável<sup>39</sup>”.

O cenário, sobretudo econômico, corroborava com a construção simbólica destes temores. Recorrendo a dados fornecidos por economistas<sup>40</sup>, a inflação que era de 313 bilhões de cruzeiros, em fins de 1961, saltou para in-

críveis 850 bilhões de cruzeiros em fins de 1963. E se o índice de 6% ao ano já seria considerado, por especialistas, preocupante, o Brasil registrava incríveis 40% anuais em 1963, como era divulgado amplamente nos jornais da época. Além de corroer os salários e alçar o custo de vida, a inflação elevada também encarecia os produtos nacionais, aumentando a demanda por importações e reduzindo as exportações, desequilibrando a balança comercial do país e, conseqüentemente, diminuindo consideravelmente os investimentos externos. Estes últimos talvez fossem a maior preocupação da burguesia nacional, que ao longo de décadas cresceu atrelada e associada, para usar as palavras de Dreifuss<sup>41</sup>, ao capital internacional. Roberto Campos confirmaria o interesse:

Que sucedeu, meus senhores, com a taxa de investimentos que determina há um tempo o ritmo de crescimento econômico e a oferta de empregos no mercado de trabalho? Inexistem dados sobre o nível de investimentos em 63. Entretanto, várias indicações esparsas indicam ter havido queda substancial no ritmo acelerado de investimentos que se havia situado, em termos de formação de capital fixo, inclusive estoques, em torno de 15% por ano. Caíram em 20% as importações de bens de capital. Caíram de quase 50% as importações de bens autônomos, sejam capitais de risco, sejam financiamentos para a indústria nacional<sup>42</sup>.

A notória falência do Plano Trienal e a intransigente posição norte-americana ante a crise econômica reduziam enormemente as margens de manobra do governo brasileiro<sup>43</sup>. A dívida externa ascendia a três bilhões de dólares, sendo que, somente de juros, o Brasil deveria pagar ao estrangeiro aproximadamente 150 milhões de dólares por ano, perto de 15% da receita cambial em moeda conversível. Acrescia que metade dessa dívida estava por vencer no triênio de 1963-1965, somando-se os encargos de juros, valor que totalizava a importância de 1,8 bilhão de dólares, o equivalente a 43% da receita das exportações brasileiras. Por outro lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo norte-americano, não só bloquearam todos os créditos destinados ao país como condicionaram o reescalonamento da dívida externa brasileira à implantação do programa de estabilização monetária.

A busca da autonomia do Estado brasileiro, erigida na década de 1950, sobretudo, durante o governo Getúlio Vargas e suas negociações bilaterais com a Argentina, passando pela diversificação dos parceiros comerciais europeus com Juscelino Kubitschek e nas tentativas, mais simbólicas do que efetivas, de Jânio Quadros de estabelecer à revelia relações consistentes com países do bloco comunista e nações africanas, sempre foram repelidas quando esbarravam nos interesses norte-americanos. Com João Goulart não seria di-

ferente, atender às exigências norte-americanas significaria colocar em vigor uma política de contenção salarial, o que, em virtude da ascensão do movimento operário, só seria possível mediante repressão. Goulart via-se novamente perdido, tendo de um lado os trabalhadores, sua principal base política e, de outro, as pressões econômicas internacionais.

Tal situação recrudesceu os conflitos de classes. Numa ponta, os trabalhadores buscavam recompor as perdas salariais impostas pela inflação e o alto custo de vida. Os temas corriqueiros como a lei do inquilinato em votação no Congresso tomavam um volume estrondoso e os sindicatos advertiam com tom ameaçador que “o aumento dos aluguéis se tornaria insuportável e inadmissível”<sup>44</sup>. Na outra ponta, o congresso assumia publicamente uma posição conservadora, que se travestia demagogicamente de um discurso reformista moderado – em relação à reforma agrária – mas sem verificação prática. Os trabalhadores respondiam veementemente! Mal terminava uma greve outras tantas iniciavam e eram, a partir de novembro daquele ano, inevitáveis e recorrentes, especialmente nos principais estados, como Minas Gerais e São Paulo, que incidiam sobre quase todos os setores da produção, envolvendo não só trabalhadores na indústria de petróleo e petroquímica, mas, também, servidores públicos, como a previdência social, ferroviários, departamento de estradas e rodagens, entre outros. Não restritas às cidades, as greves se espalhavam no meio rural, onde as invasões de terras, conforme noticiadas na grande imprensa, se sucediam em todo o país transformando os conflitos no campo em manifestações violentíssimas<sup>45</sup>.

No centro do poder, em meio ao enorme barulho, ouviam-se tons ameaçadores, vindos de líderes como Leonel Brizola, de “reforma agrária na lei ou na marra”. A tensão aumentava quando uma carta sem remetente, endereçada ao embaixador Vasco Leitão da Cunha, denunciava que o embaixador cubano Raul Roa Kuri teria informado a seu governo a inevitabilidade de um movimento revolucionário no Brasil “e que por essa ocasião as massas achavam seu líder natural no senhor Brizola”<sup>46</sup>, ou seja, a esquerda se movimentava e denunciava, a direita respondia. Entretanto, confiante na opinião pública, “nos aplausos populares por onde passava e no seu esquema militar”, o presidente João Goulart oscilava entre pedidos de apoio e calma aos trabalhadores grevistas. Para conservar uma suposta liderança do contingente esquerdista, decorreram a mando governamental sucessivas substituições de titulares de ministérios, foram observadas as maiores taxas de rotatividade ocorridas no Brasil pós-1946. Além dos ministérios, também as presidências de empresas e bancos estatais decisivos para o país (Petrobrás, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional) foram usadas por Goulart, sem o menor êxito, como moeda política<sup>47</sup>.

Independentemente de alianças, sem o apoio do Congresso as tão sonhadas reformas de base não saíam do papel. O Legislativo estava praticamente paralisado e a instabilidade político-administrativa era evidente. O Congresso brasileiro e a “estrutura política em geral” viviam uma crescente polarização, isto é, uma divisão equilibrada de forças entre partidos politicamente diferentes. Grupos radicalizados no interior de cada partido não sustentavam acordos políticos a não ser para impedir a adoção de políticas, em detrimento de sustentar coalizões governamentais. As evidências empíricas trabalhadas por Wanderley dos Santos são bastante expressivas e corroboram a impressão generalizada de que, na fase anterior a 1964, o sistema político brasileiro havia ficado operacionalmente comprometido<sup>48</sup>.

O Congresso nacional se tornava uma referência às forças políticas que se digladiavam. Por mais conservadores que fossem os posicionamentos, os parlamentares pareciam, na visão militar, principalmente pelas coalizões políticas que sustentavam, ceder a menor das possíveis pressões. O receio sobre qual rumo seguiriam os parlamentares foi crucial para a tomada de posição das Forças Armadas. Em meados de março de 1964 a movimentação militar, que outrora se fazia confusa e indecisa, ganhava ares de confiança com o general Castelo Branco, até então inexpressivo nas movimentações conspiratórias que há muito se desenrolavam. Nesse contexto, o sindicalismo era novamente o centro do discurso.

Compreendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e nos setores que lhe são dependentes, mas também na tropa, nas demais organizações e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o excelentíssimo senhor ministro da Guerra. São evidentes duas ameaças: o advento de uma constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala das agitações generalizadas do ilegal CGT. As forças armadas são invocadas em apoio a tais propósitos<sup>49</sup>.

O tão famoso comício pelas reformas de base, realizado por João Goulart no dia 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, por ironia numa sexta-feira<sup>50</sup>, seria mais uma entre tantas outras tentativas do governo de captar os ânimos populares e dessa forma forçar um posicionamento a contento. E sem dúvida a jogada política teve um efeito imediato nos grupos civis opositores, nada favorável, a exemplo das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, manifestações em defesa da “família brasileira”, protagonizadas por es-

posas ou mães de empresários conceituados e militares graduados, um movimento popular que registrou entre março e junho de 1964, 69 manifestações em todo o país, com milhares de adeptos<sup>51</sup>. Era a expressão melhor elaborada da ideologia burguesa, na sua associação dúbia entre democracia, religião e propriedade privada. O comício de Jango representava aos civis engajados nas esferas conspiratórias contra o governo “a fase final do processo de subversão”<sup>52</sup>, esses grupos diziam clamar por “salvação” e os militares – somando a acusação de quebra de hierarquia e disciplina – diziam-se “salvadores”:

Entrarem as forças armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva, cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo [...]. O CGT anuncia que vai promover a paralisação do país, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública. E há quem deseje que as forças armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão. Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da nação<sup>53</sup>.

O documento refere-se a um texto do general Castelo Branco, divulgado a princípio internamente entre os oficiais e suas tropas, que serviu como uma espécie de manifesto. Sua importância é essencial não apenas por se tratar um primeiro posicionamento direto e aberto de um chefe militar a sua tropa, mas também porque representa as diversas contradições que se avolumavam no ideário militar no interior da caserna. Castelo Branco age como o “manual prático do senso comum” mostrava ser o mais correto, isto é, dialoga e responde diretamente ao cenário político imediato, demonstrando a ojeriza das Forças Armadas diante da ascensão das esquerdas e seus sindicatos “infectados pelo comunismo”, assim como seus supostos líderes “sem nome” que tendenciosamente levariam o país às trevas. O senso comum também advertia a necessidade de reforçar a integridade das Forças Armadas como uma instituição concisa, apartidária e, conseqüentemente, acima do bem e do mal, prontas para “salvar” a nação, por sua vontade ou não.

Muito se escreveu, entre visões estabelecidas e confrontadas, tanto na historiografia quanto em memórias, sobre os acontecimentos que narram o período de 13 de março de 1964 até o dia 31 daquele mês, quando o general Olímpio Mourão Filho, do estado de Minas Gerais, sublevou suas tropas sustentadas politicamente pelos governadores Magalhães Pinto, de Minas

Gerais, e Adhemar de Barros, de São Paulo – ambos opositores em rota de colisão com o governo de João Goulart desde seu início – tomando de assalto o Estado brasileiro sob o pretexto de luta democrática, frente ao “avanço comunista em marcha”<sup>54</sup>. Tamanha precipitação e pouco planejamento, não foram suficientes para guarnecer o esquema militar do governo que, diga-se de passagem, era pífio. João Goulart e seu governo desapareceram como se nunca houvessem existido.

Rapidamente, o general Castelo Branco juntou-se aos generais Décio Palmeiro Escobar e Arthur da Costa e Silva no dia 2 de Abril de 1964, visando responder as indagações infundas da sociedade acerca dos rumos do tal movimento que – ainda carente de um título que o definisse – derrubara a democracia. O manifesto lançado por esses militares através de uma cadeia de rádios em São Paulo e Minas Gerais trazia em suas linhas iniciais que as “Forças Armadas destinavam-se a cumprir a constituição, a defender a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”. Frente, logicamente, “aos notórios elementos comunistas sob cujo domínio parece mesmo encontrar-se o presidente João Goulart”, que no mínimo, senão totalmente cooptado, fazia vistas grossas ao “solapamento do regime democrático, por intervenções e pressões de toda ordem”. Inclusive nas próprias Forças Armadas:

O próprio presidente da República quem incita a indisciplina e oferece plena cobertura a motins desenfreados a vista do povo. Tudo sob orientação de comunistas conhecidos. Desta forma esvazia-se a autoridade de um presidente da República que assim mesmo não se respeita em atitudes de fiança demagógica e de menosprezo total aos padrões fundamentais das próprias Forças Armadas postas em nome da segurança nacional sob sua direção<sup>55</sup>.

Adhemar de Barros seguiu por mesmo caminho, assim que ficou sabendo que vagava o cargo da Presidência. Em telegrama ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que assumia pela segunda vez as funções de presidente, Barros dizia que “tudo nos leva a exigir o expurgo dos vermelhos e alaranjados”, o único modo de tratar, segundo o governador, aqueles causadores da desgraça que desabou sobre o Brasil. As cassações de mandatos e direitos políticos foram, indiscutivelmente, um dos primeiros instrumentos usados pelo regime recém-deflagrado, o que recebeu o apoio de lideranças importantes, adversários políticos – de primeira linha ou não– do governo Goulart, que acreditavam ser necessário banir seus partidários em nome, mais uma vez, da democracia. Mais coerente do que “revolução”, o golpe de Estado efetivava nos seus primeiros momentos uma limpeza, os atos institucionais subsequentes representariam aos executores da farsa “o vigoroso instrumento

com o qual foi e continuará possível preservar a democracia sem prejuízo da realização das exigências fundamentais do movimento revolucionário”<sup>56</sup>.

Variavelmente, como aponta Florestan Fernandes em sua obra *Apontamentos sobre a teoria do Autoritarismo*<sup>57</sup>, esses regimes autoritários ganham uma conotação diferente das nações totalitárias de outrora, isto é, os horrores atribuídos ao nazi-fascismo como regimes de exceção, coercitivos, que atentam aos princípios básicos da natureza humana, são diluídos. Os “novos regimes autoritários” fazem às vezes de bons samaritanos, pois supostamente primariam pela manutenção, a todo custo, da democracia. Essa construção ideológica é arquitetada, na concepção de Florestan, em sua maioria por cientistas sociais conservadores norte-americanos, na tentativa de justificar e atenuar regimes ditatoriais civis e/ou militares, de natureza anticomunista e antidemocrática, que buscassem a manutenção das forças produtivas do capitalismo.

É assim que as ditaduras como de Franco, na Espanha, e Salazar, em Portugal, passariam a ser consideradas como “ditaduras técnicas” e “instrumentais” para a defesa de democracias fortes. Podemos adicionar que não coube apenas aos cientistas sociais –principalmente – a tarefa de cunharem o termo “ditadura técnica” e a confusão ideológica que ela produz, mas foram os próprios governos instaurados pela violência que propugnaram serem portadores da democracia, promovendo, como dizia Castelo Branco “sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral da nação”. Sob um arcabouço ideológico muito bem sustentado, Castelo Branco inicia assim a construção do ideário de seu governo:

Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação de minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governadores de Estado. O calor das opiniões públicas, através de autênticas manifestações populares e de numerosas entidades de classe, estimulou-me a essa atitude. Agora, espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas, nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Forças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social<sup>58</sup>.

## **A título de conclusão**

Após a consolidação do golpe em 1º de Abril de 1964, os novos artífices prometiam à nação sua realização social plena e a superação do subdesenvol-

vimento. O primeiro ato institucional (AI-I) trazia um novo aparato coercitivo e sustentado nas leis de segurança nacional, que objetivava institucionalizar a “revolução”: “se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil [...]. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar”<sup>59</sup>.

Em consonância com essa ideologia, as correntes militares traziam consigo a retórica política de raiz positivista que promulgava o *oficial profissional*, as *Forças Armadas apartidárias*, sem “vícios politiqueros que a muito solapavam o Brasil, seu desenvolvimento e o cumprimento de seu destino”. Este oficial que compunha, segundo ideólogos, as fileiras privilegiadas do exército, nasceria de um tipo de soldado defensor de uma tecnocracia moral, intelectual e, conseqüentemente, superior às organizações sociais político-partidárias dirigidas por civis. Em seu discurso de posse em 15 de abril, no palácio da Alvorada em Brasília, o novo governante encarnaria tal espírito:

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permaneceréi em vigília para que todos as observem com exação e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com paixão de uma cruzada, para qual é preciso convocar todos os brasileiros. [...] Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de Janeiro de 1966. Sustentarei, com todas as forças, a união, a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos limites territoriais. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção<sup>60</sup>.

Nos instantes após o golpe, a escolha do nome de Castelo Branco – representante direto de um grupo restrito de altos oficiais originários da ESG – procurava, pelo menos assim acreditavam as forças golpistas, unir as Forças Armadas em torno de um projeto comum, liberal e de tendência legalista. Essa postura, ilusão que só ecoava nos políticos golpistas vitoriosos, parecia, como os posicionamentos iniciais de oficiais propunham, uma tarefa impossível. Castelo Branco assume o poder, contrariando outras aspirações menos expressivas como dos generais Amauri Kruehl e Segadas Vianna, mas levando consigo a figura do general Arthur da Costa e Silva a *tira colo* – um legítimo representante da jovem oficialidade denominada de “linha dura”, grupo he-

terogêneo, de composição variável e de ideologia difusa, mas apoiados em duas grandes características: nas reivindicações de maior rigidez na limpeza política dos subversivos-sindicalistas e na expectativa, objetivada em diversas ocasiões, de influir diretamente nas decisões governamentais. Para o general Jayme Portella de Mello, membro “da linha-dura”, a “área militar não se conformava com lentidão na execução das cassações, achava que o presidente Castelo Branco estava sendo muito tolerante quando devia ser mais duro, pois estava vendo o prazo do ato se esgotando e havia muita gente para ser punida”<sup>61</sup>.

A tendência que se arrastava ao longo dos tempos começava a se confirmar, isto é, a ausência de projeto inicial para o Estado, somada à rapidez com que se apossaram do poder, impediu os “revolucionários” de efetivarem uma depuração prévia de seus quadros, de modo a ajustar o pensamento do movimento numa linha única. Desse modo, impunham-se duas correntes distintas no interior das Forças Armadas. No entanto, ainda que os antagonismos entre essas duas correntes – “moderados” e “radicais linha-dura”, e os setores civis conservadores que orbitavam as duas – possam explicar as futuras crises que sofreria o regime ditatorial, num ponto em comum todos convergiam, isto é, “na preparação para o golpe de 64, todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma República popular instalada no Brasil”<sup>62</sup>.

## RESUMO

---

Nos momentos cruciais que antecederam o golpe de Estado em 1964, a congruência de ideias e valores entre os militares e setores da sociedade civil constituiu o tom das ações levadas a cabo por esses atores na deposição do presidente João Goulart. Esse artigo pretende aferir, através da análise dos discursos proferidos e das memórias estabelecidas, que, mais do que um projeto específico de Estado, tais setores exteriorizavam os medos e anseios advindos, sobretudo, da ascensão dos sindicatos, que colocavam em risco seus interesses particulares de classe.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Ditadura civil-militar, memória militar, ideologia, sindicalismo autoritarismo.

*The Winners in 1964: between the “counterblow” “aversion to unions”*

## ABSTRACT

---

In the crucial moments leading up to the coup d'état in 1964 the congruence of ideas and values between the military and civil society sectors, constituted the tone of the actions carried out by these actors for the ouster of President João Goulart. This article intends to defend, by analyzing the speeches and

established memories, more than a specific State project, to express up the fears, the anxieties of those social strata that glimpsed, especially the rise of unions, a risk to their particular class interests.

## KEYWORDS

Civil-military dictatorship, military memory, ideology, authoritarianism unionism.

## NOTAS

1. Doutorado em andamento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – História Social; possui Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP (2009) e graduação em História (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-SP (2005). É pesquisador do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (NEHTIPO), vinculado ao Programa de Pós-Graduados em História da PUC-SP. E-mail [adrianomdo@gmail.com](mailto:adrianomdo@gmail.com)

2. Em 2003, transcorridos quase 40 anos do golpe, o exército brasileiro lançou um empreendimento realizado sob a égide da História Oral acerca do movimento “revolucionário” de 31 de março de 1964. Reunidas em uma coletânea de livros, estão narradas centenas de entrevistas concedidas por militares e civis que, direta ou indiretamente, fizeram parte nos acontecimentos. Os objetivos, registrados na apresentação de cada tomo, todos lançados em 2003, são bem claros: visam conter o revanchismo de homens impenitentes e parte da imprensa, “Todos cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores (...) indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante”. Magoado com tamanha falsificação da verdade, o ex-ministro da educação da ditadura, Jarbas Passarinho, na apresentação da obra, pede desculpas em nome de seus colegas de farda. Com uso de uma ironia, nada inocente, Passarinho diz que os militares se arrependem por terem livrado o país das garras do comunismo internacional, “que vimos como ameaça concreta” e já se mostrava em estágios avançados da guerra revolucionária; pede desculpas também, por ter salvado a honra das mulheres, que de “terço à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmadas, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade”. PASSARINHO, Jarbas. *História Oral do Exército: 1964 31 de Março* tomo 9. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

3. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) é uma das unidades educacionais do Exército Brasileiro e tem por objetivo aperfeiçoar Capitães do Exército Brasileiro, habilitando-os a comandar e integrar o Estado-Maior de Organizações Militares

4. CORREIA NETO, Jonas de Moraes. *História Oral do Exército, 1964 31 de Março*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, tomo 9, 2003 p. 42.

5. HOBBSAWM, Erick. *A era dos extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 224 .

6. LEITÃO DA CUNHA, Vasco. *Diplomacia em alto-mar*. Rio de Janeiro: Editora, Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 252.
7. TOSTA, Octavio. *Escola Superior de Guerra: Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: ESG, 1961, p. 55.
8. Ver sobre em RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, 2 ed. São Paulo, UNESP, 2010.
9. PIRES, Leônidas in D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994 p. 126.
10. CAMPOS, Roberto. *O livro negro do comunismo*. Jornal Folha de S. Paulo, 19/04/1998.
11. CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbook, 1994, p. 580.
12. CAMPOS, Roberto. *Exposição Primeira Sessão do Gabinete*. Brasília, 23 de Abril de 1964. O documento faz parte de seu arquivo pessoal disponível no Centro de Documentação do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Pasta RC. 64.08.2013.
13. PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 173.
14. POPPE DE FIGUEREDO, M. *A Revolução de 1964: Um depoimento para história da pátria*. São Paulo: Editora Apec, 1970, p. 28-29.
15. BRANCO, Carlos Castello. *A renúncia de Jânio, um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996, p. 7-14.
16. POPPE DE FIGUEREDO, *op. cit.* p. 28-29.
17. O relato é de HORTA, Oscar Pedroso, constante de BRANCO, Carlos Castello. *A renúncia de Jânio, um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996, p.52.
18. STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
19. O risco girava em torno de sua filiação às esquerdas que remetia, segundo seus adversários, às raízes mais profundas da tradição trabalhistas, herdadas do varguismo. A construção de sua carreira política assentou-se fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e num partido, o PTB que, segundo Moniz Bandeira, bem ou mal era de composição operária. O partido nascera como a expressão mais clara da política “conciliatória” de Vargas, isto é, quando o Estado Novo era de um modo ou de outro sufocado, alicerçava sua organização no proletariado, apesar dos elementos pequeno-burgueses e das peculiaridades regionais que o influenciavam. Tendo suas atividades centradas nas lutas salariais, o partido procurava dirimir as reivindicações dos trabalhadores aos limites aceitos pelo capitalismo. BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, Brasília: Editora UnB, 2001.

20. BRANCO, *op. cit.*, p.11.

21. A notícia da renúncia chegara aos ouvidos de João Goulart na madrugada do dia 26 pela boca de seu secretário de imprensa Raul Ryff, que chegou batendo forte à porta do quarto do hotel onde estavam hospedados em Cingapura para lhe transmitir a novidade. Cauteloso e ciente das implicações de sua posse e do problema que enfrentaria; João Goulart, e sua delegação, só podia nesse momento esperar o desenrolar das coisas. E foi o que fez nos 31 dias a mais que levou para voltar ao Brasil. O relato é de BRANCO, Carlos Castello. *A renúncia de Jânio, um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996.

22. A ocorrência descortinou um cenário político extremamente conturbado e contraditório onde as forças conservadoras – arquitetando planos de derrubada do avião presidencial, se necessário – estavam dispostas a não permitir de modo algum à posse de Goulart e, mais ainda, tudo aquilo que ele representava. Para tantas vezes isso constituiu uma crise aprofundada por fatores conjunturais, para um olhar atento, um golpe.

23. FURTADO, Celso. *Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo*. In: Revista Playboy n. 285, São Paulo: Editora Abril, 05/1999.

24. ETCHEGOYEN, Cyro Guedes. In: D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994, p. 176.

25. LABAKI, A. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 148.

26. Ver SANTOS, Wanderley Guilherme: *O calculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*, Minas Gerais, UFMG, 2003.

27. LABAKI, *op. cit.*, p. 148.

28. GEISEL, Ernesto. In: ARAÚJO, Maria Celina D. CASTRO, Celso (org.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 5 ed. 1998, p. 141.

29. Pode-se encontrar detalhado esse episódio nos Arquivos pessoais do presidente João Goulart, disponíveis nos arquivos do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – FGV, série Presidência da República 25.08.1961 a 24.10.62. Rio de Janeiro.

30. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discurso Assunção a Presidência da República*. Brasília, 1964, p. 45.

31. PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.23.

32. Idem, p.22-23.

33. BANDEIRA, Luiz Albert. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Brasília: Editora UnB, 2001, p. 163-167.

34. GEISEL, Ernesto. In: ARAÚJO, Maria Celina D. CASTRO, Celso (org.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 5 ed., 1998, p. 161.

35. O general Amauri Krueel – que advogará um golpe em caso de posição contrária do Congresso – o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, da Guerra, o general Nél-

son de Melo, e da Aeronáutica, o brigadeiro Reinaldo Joaquim Ribeiro de Carvalho, igualmente incomodado com o parlamentarismo, lançaram um documento onde exigiam a realização imediata da consulta: “Face à intransigência do Parlamento e a iminência de renúncia do gabinete e tendo ainda em vista as primeiras manifestações de desgosto que se prenunciam nos territórios dos Estados ocupados pelo III Exército, cumpre-me informar a V. Exa., como responsável pela garantia da lei, da ordem e do sossego público e da propriedade privada deste território que me encontro sem condições para assumir com segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento de tais missões, se o povo se insurgir pela circunstância de o Congresso recusar o plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com as eleições de outubro próximo vindouro” Jornal *O Estado de S. Paulo*, 13/09/1962, p. 60.

36. Alfred Stepan afirma que até 1964 teria havido no Brasil um padrão de poder, entre os militares e civis, caracterizável como “moderador”, isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar. A singularidade da crise de 1964 estaria precisamente na capacidade que teve de transformar tal “padrão”, pois, além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também se sentiram diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e da hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas. Tudo isso teria levado à mudança do padrão, isto é, os militares passaram a supor a necessidade de um governo militar autoritário que pudesse fazer mudanças radicais e eliminar alguns atores políticos. STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.50-124.

37. O caso notório do poder que exerceu os meios de comunicação é indiscutível, os setores comprometidos com as forças golpistas tiveram um papel crucial no sucesso dos acontecimentos. Como exemplo: Os Diários Associados, de Assis Chateaubriand; o Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde, dos Mesquitas; a Radio Eldorado; a TN Record; a TV Paulista; o Jornal do Brasil; o Correio do Povo; a Tribuna de Imprensa, de Carlos Lacerda; o Notícias Populares, de Herbert Levy; e as Organizações Globo, de Roberto Marinho; iriam, entre outros, servir de canal de propaganda contra o governo; eram anti-Jango, anticomunistas e logicamente contra qualquer atitude considerada “subversiva”. Além da denúncia do comunismo, esses jornais, juntamente com atores relevantes da cena política, pediam alterações mais profundas. Analisando os editoriais publicados pela imprensa dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo em 1964, encontram-se reiteradas críticas à atuação do Congresso Nacional nos últimos meses do governo Jango e a defesa de medidas autoritárias que reorganizassem a ordem política; o Jornal Estado de S. Paulo chegou a defender, com o apoio das forças militares, o fechamento do Congresso em distintas ocasiões. Ver sobre o papel da imprensa no golpe em KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

38. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discurso aos diplomados da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, 1964.
39. CASTELO BRANCO, *op. cit.* 1964, p. 40.
40. Ver um contexto histórico e econômico do período em BEÇAK, Peggy. *Evolução das relações comerciais Brasil - Estados Unidos de 1945 a 1995: no contexto da política externa e dos interesses nacionais*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
41. Ver sobre essa associação entre capital externo e interno em: DREIFUSS, Rene Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. São Paulo: Editora Vozes, 1981.
42. CAMPOS, Roberto. *Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG*. Brasília, 1964, p. 3.
43. A premissa central do plano propunha o combate à inflação a partir do controle do déficit público e das emissões. Fixando como objetivo a ser alcançado, ou seja, uma taxa inflacionária de 10%, o plano não negligenciava a perspectiva desenvolvimentista. Nesse sentido, tratava-se de um instrumento de saneamento econômico cujo objetivo era garantir o financiamento para as iniciativas governamentais em nome do desenvolvimento nacional. A garantia do financiamento deveria vir de investimentos externos, do aumento das exportações e novas medidas tributárias, com a proposta de impostos específicos para os contribuintes com altas rendas. San Tiago Dantas, empossado em janeiro de 1963 no Ministério da fazenda, tinha a tarefa de administrar as linhas básicas do Plano Trienal em face às necessidades políticas e orçamentárias do governo. Dantas seguiu para Washington visando, sem sucesso, a captar novos recursos. Diante dos resultados desfavoráveis das negociações com investidores e credores norte-americanos, o governo decidiu adotar medidas rígidas de controle das despesas e de acesso ao crédito, sendo verificados nos primeiros seis meses de 1963 um decréscimo de 30% no volume de créditos bancários obtidos pelo setor privado. Cobrado pelas pressões políticas de sua base trabalhista frustrada com os péssimos resultados do programa de contenção inflacionária, Goulart autorizou, no mês de abril, que fossem retomados os programas de subsídios às importações e deu início ao processo de renegociação salarial de diversas categorias. Com isto, o presidente praticamente abandonava os rigorosos mecanismos de controle de emissão, preconizado no Plano Trienal, para buscar, através de uma política econômica mais flexível e permissiva, a consolidação de uma sólida base política.
44. Manchete do Jornal *A Última hora*. Rio de Janeiro, 04/11/1963, p. 4; disponível no Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.
45. Manchete do Jornal *A Última hora*, Rio de Janeiro, 01/11/1963, disponível no Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.
46. CUNHA, Vasco Leitão in Arquivo Vasco Leitão da Cunha, VCL e 1964.03.10, Pasta IX, 6 de abril, Rio de Janeiro, CPDOC-Fundação Getúlio Vargas.

47. Em outubro houve a divulgação de uma entrevista concedida por Carlos Lacerda, a um jornalista americano, atacando violentamente o governo brasileiro e o presidente João Goulart pessoalmente. Os ministros militares, partidários do governo, consideraram a entrevista injuriosa às forças armadas e sugeriram a Goulart a decretação do estado de sítio para afastar Lacerda do governo e deter o radicalismo crescente, de direita e de esquerda. Contando com o apoio inicial de Brizola e da bancada do PTB na Câmara dos Deputados, Jango enviou ao Congresso no dia 4 de outubro uma mensagem solicitando a decretação do estado de sítio por 30 dias. Todavia, o temor de que as suspensões das liberdades públicas viessem a permitir a repressão dos movimentos de esquerda, fez a bancada petebista mudar de ideia, levando os principais grupos políticos de esquerda e de direita a condenarem a medida. Sentindo-se isolado, Jango retirou a proposta que enviara ao Congresso três dias antes. Desde então, começou a perder o controle político e militar da situação.

48. SANTOS, Wanderley Guilherme. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

49. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Brasília, 1964, p. 156. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>. Acesso em 30 out. 2015.

50. RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 32-39.

51. PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta (org.) *A construção Social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 76. Simultaneamente ao comício, muitas famílias da Zona Sul do Rio de Janeiro e em São Paulo, na Praça da Sé respondiam a convocação de se acender velas pelo afastamento do país dos comunistas. Em resposta, o presidente João Goulart declarou que não podiam ser levantados os rosários da fé contra o povo; contudo, segundo a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), ele teria dito que os terços e a macumba da Zona Sul não teriam poder sobre ele.

52. POPPE FIGUEREDO, *op. cit.*, p. 39.

53. *Idem*, p. 156.

54. Ver relato pessoal sobre as movimentações militares pré-golpe, MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: A verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores, 3 ed, 1978, p. 331-397.

55. Manifesto publicado no Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 02/04/1964, p. 8, acervo do arquivo de Estado de São Paulo.

56. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Brasília, 1966, p. 5. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>. Acesso em: 30 out. 2015.

57. FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979.
58. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Brasília, 1964, p.11. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.
59. BRASIL. *Ato Institucional nº1*. Diário Oficial da União. Brasília, 9 e 11 de abril. 1964.
60. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discurso de posse*. Brasília, 1964, p.61. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.
61. MELLO, Jayme Portella de. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979. p. 224.
62. CASTRO, Adyr Fiuza. In: D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994.